

# Armas em vida, armas na morte - Novas considerações sobre os elmos do Mosteiro da Batalha\*

## Arms in Life, Arms in Death – New Considerations on the Helms of the Monastery of Batalha

*António Conduto Oliveira\*\* & Peter A. Kalkman\*\*\**

*Universidade de Coimbra | Centro de Arqueologia de Roterdão*

### Resumo

Apesar da sua relevância incontornável no panorama patrimonial e museológico português, os dois elmos funerários provenientes do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, ou da Batalha, não foram ainda estudados com a profundidade que merecem, quer na sua dimensão mais física, quer no seu aspecto mais simbólico. Como resultado, ao longo dos anos têm-se multiplicado as atribuições destas peças a vários monarcas da dinastia de Avis, atribuições essas que uma análise do suporte material e do registo histórico não sustentam. É intenção deste breve artigo poder ajudar a sanar essa lacuna, traçando a história dos objectos e colocando em evidência a forma como o estudo do armamento medieval releva dimensões que extravasam a sua materialidade, ao mesmo tempo que os define num espaço e num uso próprios.

---

\* O presente artigo é uma versão vastamente expandida de uma comunicação com o mesmo título, apresentada no XII colóquio da Associação Ibérica de História Militar, com o tema “Viver e Morrer na Guerra Medieval Ibérica”, no dia 1 de Abril de 2022.

\*\* Doutorando de História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, e bolseiro FCT com a bolsa com a referência 2021.04826.BD.

\*\*\* Arqueólogo licenciado em Arqueologia pela Universidade de Ciências Aplicadas de Saxion-Deventer e gestor do armazém arqueológico do município de Roterdão.

## Palavras-chave

Elmos; Mosteiro da Batalha; Hoplologia; D. João I; D. João II

## Abstract

In spite of their inescapable importance for Portuguese heritage and museology, the two funerary helms from the Monastery of Santa Maria da Vitória, or Batalha, have yet to be studied with the thoroughness they deserve, both in their material aspects as well as their more symbolic ones. As a result, the helms have been attributed to several potential monarchs of the Avis dynasty throughout the years – attributions which an analysis of the pieces themselves, and of the historical record, fails to support. The intention of this brief article is to help bridge these gaps by tracing the objects' history and showing how studying medieval armament highlights dimensions which go beyond the material reality of the pieces themselves, whilst defining them in their own historical space and contexts of use.

## Keywords

Helms; Monastery of Batalha; Hoplology; João I; João II

## 1. Armas funerárias no Mosteiro da Batalha

1808 foi um ano interessante na vida do artista Domingos António de Sequeira<sup>1</sup>. “Quando o pintor regressava a Lisboa, onde chegou a 16 de Janeiro de 1808, já a Família Real e a Corte se haviam ausentado”<sup>2</sup> em direcção ao Brasil, em fuga das tropas napoleónicas. Ao Primeiro Pintor de Corte pouco dano lhe fez que a Corte que o nomeara estivesse a essa altura a um oceano de distância; rapidamente ganhou a confiança do governo de ocupação de Junot, de tal maneira que

*“acamaradou, durante a ocupação estrangeira, com o oficial de estado-maior (...) conde de Forbin, o qual, mais tarde, em França, depois da restauração dos Bourbons, exerceu o cargo de Director Geral dos Museus do Estado, realizando os dois artistas, de companhia, uma digressão a Coimbra, Batalha e Alcobaça. Dessa excursão existem apon-*

1 Sobre Domingos Sequeira veja-se, por exemplo, Marquês de Sousa HOLSTEIN, *Domingos António de Sequeira*, Artes e Letras, Lisboa, 1874; Joaquim M. Teixeira de CARVALHO; *Domingos António de Sequeira em Itália, 1788-1795, segundo a correspondência do Guarda-jóias João António Pinto da Silva*; Imprensa da Universidade, Coimbra, 1922; Luís Xavier da COSTA; *Domingos António Sequeira, notícia biográfica*, Amigos do Museu, Lisboa, 1939.

2 Luís Xavier da COSTA; *Domingos António Sequeira...*, p. 20.

*tamentos interessantíssimos, desenhados pelo artista português num álbum que actualmente se guarda no Museu das Janelas Verdes”<sup>3</sup>*

Neste périplo, um dos pontos de paragem dos viajantes foi o mosteiro de Santa Maria da Vitória ou da Batalha, erguido a título de promessa e voto de agradecimento de D. João I (r. 1385-1433) à Virgem Maria pela vitória anglo-portuguesa na Batalha Real (ou, como ficou conhecida mais tarde, de Aljubarrota)<sup>4</sup>. No interior do monumento, Domingos Sequeira e Forbin terão sido conduzidos à Capela do Fundador, onde o artista teve oportunidade de admirar algumas relíquias da dinastia de Avis. Os artefactos avisinios incluíam belas alfaias litúrgicas, ofertadas ao Mosteiro ao longo do século XV<sup>5</sup>; um painel quatrocentista (possivelmente atribuível a Roger van der Weyden<sup>6</sup>); e também armas: duas espadas, dois

- 
- 3 Luís Xavier da COSTA; *Domingos António Sequeira...*, p. 20. Do caderno existe uma versão fac-similada, editada pelo Museu em 1997. Para referenciarmos as páginas do original, reportar-nos-emos aos anexos da tese de doutoramento de Manuel SAN PAYO, *O desenho em viagem: álbum, caderno ou diário gráfico, o álbum de Domingos António Sequeira. Anexo - Análise descritiva do álbum de Domingos António de Sequeira*, tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011, que contém reproduções de cada página com a numeração original.
- 4 Sobre a batalha, salientamos da vastíssima bibliografia existente João Gouveia MONTEIRO, *Aljubarrota – 1385 – A Batalha Real*, Tribuna da História, Lisboa, 2003; João Gouveia MONTEIRO, *Aljubarrota Revisitada*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001; João Gouveia MONTEIRO, Luís Adão da FONSECA e Maria Cristina PIMENTA, *The Aljubarrota Battle and Its Contemporary Heritage*, Arc Humanities Press, York, 2020; Peter E. RUSSEL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2000; Saul António GOMES, *A Batalha Real – 14 de Agosto de 1384*, Fundação Aljubarrota, Lisboa 2014. Sobre a consequente edificação do mosteiro, veja-se da igualmente profícua selecção disponível Saul António GOMES, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1990; Saul António GOMES, “Ética e poder em torno do Mosteiro da Batalha. (O Século XV — Materiais para o seu Estudo)”, *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, 1991, pp. 95-188; Hugo Rincon AZEVEDO, *Morte e poder: o Mosteiro da Batalha e a construção da memória funerária de Avis no contexto Ibérico (Século XV)*, tese de doutoramento, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.
- 5 Caderno, folha 41 reverso e folha 42, em Manuel SAN PAYO, *O desenho em viagem: álbum, caderno ou diário gráfico, o álbum de Domingos António Sequeira. Anexo...* p. . Algumas destas peças sobreviveram até aos dias de hoje e encontram-se actualmente integradas nas colecções do Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa.
- 6 Caderno, folha 46; infelizmente desaparecido desde então. Sobre a atribuição, veja-se a argumentação do historiador e crítico de arte José de Figueiredo em José de FIGUEIREDO, “Un panneau inconnu de Roger Van der Weyden?”, *Comptes rendus des séances de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 1913, pp. 717-721.

elmos, uma facha ou acha<sup>7</sup>, e uma acha-de-armas<sup>8</sup>. Domingos Sequeira tudo esboçou em três das páginas do seu caderno<sup>9</sup>. A legendagem dos esboços, feita sem dúvida com algumas achegas dos frades batalhenses, atribui algumas das peças a D. João I – a acha, uma espada e um elmo - e as restantes ao rei D. João II (r. 1481-1495) (Fig. 1).

É esta atribuição aos dois monarcas que nos importa. Raras vezes em Portugal se consegue aliar a realidade material com o que registo histórico nos conta: aqui temos dois elmos, que correspondem com os únicos dois saimentos com deposição explícita de armas no Mosteiro na cronística régia portuguesa.

O primeiro destes apontamentos, feito por Rui de Pina em finais do século XV, reporta-se à procissão partida de Lisboa que acompanhou D. João I à sua derradeira morada. Encabeçava a procissão

*“Pedro Gonçalves, Veador da Fazenda, que levava a Bandeira Real em sua aste emburilhada, derribada sobre o hombro: e dos outros, huíl levava ho Elmo, houtro hu Estandarte, houtro ho Guyam, e outro a Lança, e outro ha Facha, e assi as outras Armas”<sup>10</sup>.*

Note-se o lugar de honra do elmo na procissão, logo atrás da bandeira real. A acreditar nas palavras de um cronista dominicano do século XVIII, Frei Pedro Monteiro, esta deposição

7 O termo *facha* pode corresponder a alguns tipos de arma assemelhados a machados, com faces rombas ou espigões opostos ao gume, com cabos de uma ou duas mãos (veja-se uma definição possível em João Gouveia MONTEIRO, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Editorial Notícias, Lisboa, 1998). Pela gravura de Domingos Sequeira, a facha de D. João I era um machado de guerra de uma mão só, com uma cabeça romba (em forma de martelo) oposta à cabeça de machado.

8 Embora muitas vezes apresentada como sinónima da facha, e seja sua derivada, a *acha-de-armas* reporta-se mais especificamente a uma arma de duas mãos, maior do que uma acha, com cabeça de machado, um espigão ou ponta de lança particularmente pronunciado no topo dessa cabeça, e um martelo ou gancho a contragume. Muitas achas-de-armas, e a de D. João II era uma delas, possuíam também guarda-mãos a meio do cabo (geralmente em forma de disco ou rodela), e um conto ou terminação de ferro na ponta inferior do cabo, com ou sem um esporão. Sobre estas armas veja-se um apanhado geral em John WALDMAN, *Hafted Weapons in Medieval and Renaissance Europe*, Brill, Leiden, 2005, pp. 155-159.

9 Páginas 45 (reverso) e 46 do caderno. A página 42 (reverso) contém duas vistas adicionais do elmo dito de D. João I.

10 Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, rev. M. Lopes de Almeida, Lello & Irmão, Porto, 1977, p. 495. Esta informação seria reproduzida mais tarde por Duarte Nunes de Leão, em Duarte Nunes de LEÃO, *Crónicas dos Reis de Portugal*, rev. M. Lopes de Almeida, Lello & Irmão, Porto, 1975, p. 738.

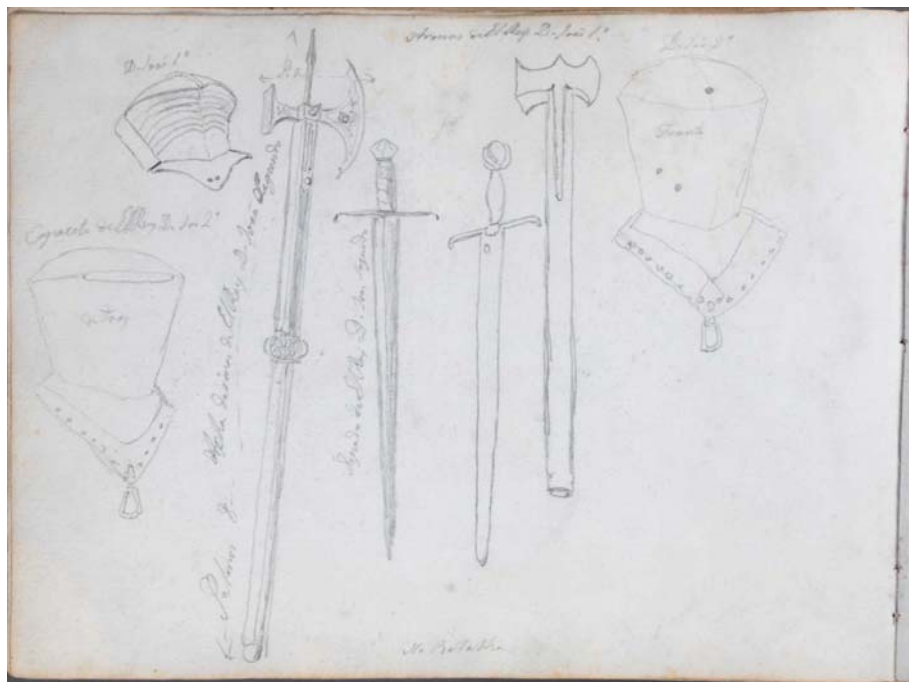


Figura 1. Armas régias no Mosteiro da Batalha, esboçadas por Domingos Sequeira. © Direcção-Geral do Património Cultural.

teria sido apenas a primeira instância de um ritual repetido com todos os membros da dinastia de Avis sepultados no Mosteiro. Diz-nos Monteiro que

*“No nosso Convento da Batalha mandou [D. João I] depositar a maça de ferro, com que pelejava nas batalhas, e as mais armas que trazia. O mesmo fizeram depois seus filhos e sucessores, ElRey Dom Duarte, ElRey Dom Afonso V e ElRey D. João II”<sup>11</sup>.*

Esta afirmação deve ser encarada com extrema cautela, como aliás o devem outras afirmações do cronista<sup>12</sup>; não encontramos na nossa pesqui-

11 Pedro MONTEIRO, *Claustro Dominicano, lanço primeyro*, Antonio Pedroso Galvão, Lisboa, 1729, p. 257.

12 Como ressalva Saul António Gomes, dando o exemplo da confusão que Fr. Monteiro obrou entre as ossadas de Filipa de Lencastre e o seu corpo, poderá o cronista ter-se descuidado no rigor de alguns pormenores (em Saul António GOMES, “Mosteiro da Batalha. Notas e imagens menos conhecidas da sua história”, *Anais Leirienses 1*, 2019,

sa qualquer indício de que esta prática se tenha mantido com D. Duarte (r. 1433-1438) ou D. Afonso V (r. 1438-1481), ou que tenham existido peças em depósito atribuídas a qualquer destes monarcas. Uma omissão piniana no caso de D. Duarte não seria de todo descabida, dada a luz algo negativa em que o *Eloquente* é retratado na crónica que lhe corresponde<sup>13</sup> e que poderia justificar alguma vagueza com a passagem sobre o seu enterramento; em relação a D. Afonso V, cujos feitos, vida e morte Rui de Pina exalta amplamente e em detalhe, essa omissão faria muito menos sentido.

Em qualquer caso, só Garcia de Resende volta a fazer referência directa à colocação de armas no Mosteiro, aquando da trasladação do corpo de D. João II de Silves para a Batalha. Garcia de Resende, “moço de escrevaninha” (secretário particular) de D. João II, não só descreve detalhadamente a deposição dos dois conjuntos de armas que acompanharam o corpo do monarca — “a bandeyra das armas reaes, e o escudo, e elmo, com que o santo Rey justou em Evora nas festas que fez ao casamento do Principe seu filho,” por um lado, e “a cotta de armas, e lança, e espada com que pelejou na batalha de Touro sendo Principe”<sup>14</sup> — como a sua localização específica dentro do mosteiro, com “tudo pendurado na capella” (a capela-mor), pelo menos durante as exéquias<sup>15</sup>.

Sabemos portanto como lá chegaram; menos sabemos ao certo como, onde, ou em que condições se conservaram as armas no Mosteiro até Domingos Sequeira as ter desenhado. As pistas, que existem, são algo confusas entre si:

— Segundo uma crónica anónima de cerca de 1600, “da banda do Altar mor” ainda se conservavam várias relíquias, “diminuidas por vários serviços”, incluindo uma “espada, e Armas, Cotta, elmo e sobreveste”<sup>16</sup>

---

p. 35). Nem que mais não seja porque Monteiro é a única fonte que se reporta a uma “maça”, uma tipologia de arma que, tanto quanto sabemos, nunca esteve no Mosteiro e dificilmente se confundiria com a acha ou machado de guerra de D. João I.

13 Armindo de SOUSA, “A Morte de D. João I (Um Tema de Propaganda Dinástica)”, *Lucerna - Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1984, pp. 420-421. Veja-se também o desmonte da “lenda negra” piniana, e dos seus assomos posteriores, na biografia de D. Duarte em Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte*, Temas e Debates, Lisboa, 2007, pp. 14-24.

14 Garcia de RESENDE, *Crónica de Dom João II e Miscelânea*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1973, p. 294.

15 Garcia de RESENDE, *Crónica de Dom João II...*, p. 294 e p. 296.

16 Citado de uma crónica ainda inédita, parcialmente publicada em Augusto Ferreira do AMARAL, “A Padeira de Aljubarrota e uma Crónica tardia da Batalha”, *Armas e Troféus*, 2005, p. 89.

— seguramente as peças de D. João II depositadas cem anos antes. Estes artefactos eram, de acordo com este registo, habitualmente mostrados ao povo em tempos de festa, prática que então não se mantinha “pello cativoiro” do reinado filipino<sup>17</sup>;

— O célebre cronista Frei Luís de Sousa, a escrever em 1623, falha em descrever quaisquer armas no Mosteiro à excepção da espada de D. João II, “que no Convento se guardava” e que D. Sebastião teria mandado colocar nas mãos do cadáver do antepassado aquando de uma visita sua em 1570<sup>18</sup>. A descrição vaga não permite saber se a espada (e possivelmente outras armas) estaria a esta data já guardada fora da sua capela ou não;

— Sabemos que o Terramoto de 1755 causou danos na Capela do Fundador<sup>19</sup>, mas não sabemos se estes danos, ou o conseqüente restauro do espaço que se lhes seguiu, afectaram de alguma forma as armas;

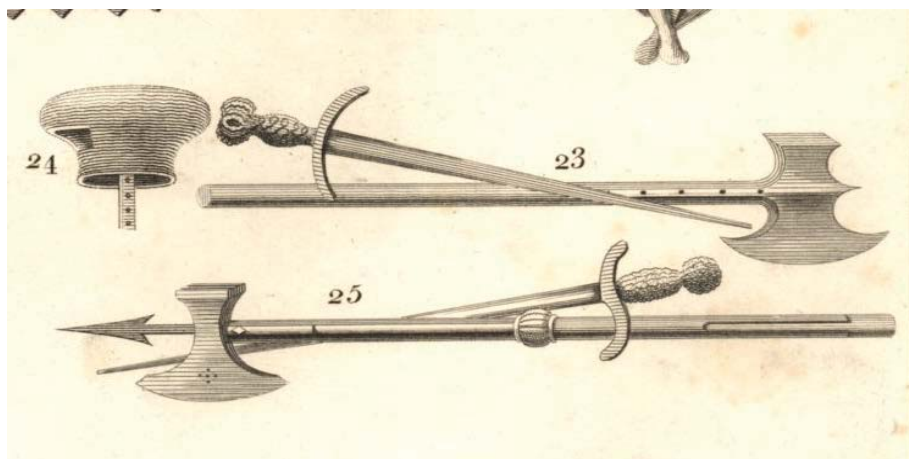


Figura 2. As armas no Mosteiro da Batalha, representadas por James Murphy em *Plans Elevations Sections and Views of the Church of Batalha*.

17 Augusto Ferreira do AMARAL, “A Padeira de Aljubarrota ...”, p. 89.

18 Frei Luís de SOUSA, *Primeira parte da Historia de S. Domingos particular do reino, e conquistas de Portugal*, Na Officina De Antonio Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1767, p. 682. Este silêncio foi interpretado por João Gouveia Monteiro como podendo significar a sua eventual colocação junto dos corpos dos tumulados, o que não nos parece provável face ao inventário de 1832 (veja-se João Gouveia MONTEIRO, “Catálogo”, *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, Mário Barroca, João Gouveia Monteiro (eds.), Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2000, p. 326).

19 Veja-se Maria João Baptista NETO, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Editorial Estampa, pp. 131-132 e Clara Moura SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha*, Magno Edições, Leiria, 1997, p. 61.

— O arquitecto britânico James Murphy, que visitou os espaços em 1789, legou-nos não só duas menções publicadas sobre as armas mas também esboços dos objectos num caderno de esboços, hoje pertencente à Society of Antiquaries of London<sup>20</sup>. Nestes esboços, e posteriormente em gravuras estilizadas quase ao ponto da caricatura<sup>21</sup>, Murphy mostra-nos dois conjuntos de armas: a acha e espada de D. João I e o seu suposto elmo<sup>22</sup>, e a acha-de-armas e espada de D. João II<sup>23</sup> (Fig. 2). Curiosamente, no seu relato escrito da visita à Capela do Fundador, Murphy regista apenas o elmo dito de D. João I, juntamente com a acha: “His helmet and battle-axe are also preserved here. I was not but a little surprised on examining the latter; perhaps there are but few men of this age could wield such a ponderous weapon”<sup>24</sup>. É possível que pelo menos o elmo se encontrasse em local elevado, o que ajudaria a explicar o seu desenho quase achatado, se visto de baixo e distorcido pela perspectiva. Em qualquer das três fontes, o único elmo retratado é o mesmo elmo que Domingos Sequeira atribui a D. João I, já que em ambos se consegue discernir a mesma peça, a charneira, pendente da base;

— A legenda de Domingos Sequeira na página 42 do caderno regista o “Capacete de q. uzava El Rey D. João Primeiro q. está proximo ao seu Túmulo na Batalha”, indicando que o elmo com charneira estaria na Capela do Fundador em 1808;

— Depois das depredações das Invasões Francesas, que muito estrago causaram no Mosteiro<sup>25</sup>, temos apenas anos de incógnitas em relação às armas no mosteiro. O inventário dos bens móveis da instituição elaborado em 1823 não lhes faz referência<sup>26</sup>. Também não se lhes refere

20 Com a cota SAL/MS/260. Um enorme voto de agradecimento a Pedro Redol, que nos alertou para a existência destas imagens e nos facultou o acesso a cópias.

21 Com uma volumetria “pouco fiel às peças”, suavizaria João Gouveia Monteiro em João Gouveia MONTEIRO, “Catálogo”, *Pera Guerrejar...*, p. 326.

22 Figuras 23 e 24, respectivamente, das ilustrações em “Ornaments Mottos & appertaining to the Royal Monastery of Batalha”, em James MURPHY, *Plans Elevations Sections and Views of the Church of Batalha*, I. & J. Taylor, London, 1792-1795.

23 Figura 25 das mesmas ilustrações.

24 “Também aqui se preservam o seu capacete e acha de batalha. Não foi pequena a minha surpresa ao examinar esta última peça; talvez haja poucos homens desta nossa era que consigam empunhar uma arma tão pesada.” [tradução nossa]. James MURPHY, *Travels in Portugal*, Printed for A. Strahan, and T. Cadell Jun. and W. Davies (Successors to Mr. Cadell) in the Strand, 1795, p. 56.

25 Maria João Baptista NETO, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro ...*, pp. 131-132, Clara Moura SOARES, *O Restauro do Mosteiro ...*, pp. 62-63.

26 Transcrito no Apêndice Documental em Saul António GOMES, *Vésperas Batalhinas*, Edições Magno, Leiria, 1997, 237-248.



Francisco de São Luís Saraiva, mais conhecido por Cardeal Saraiva, na sua *Memoria Histórica Sobre as Obras do Real Mosteiro De Santa Maria da Victoria*<sup>27</sup>. É certamente possível que as armas se conservassem nos armários ali registados tanto por Fr. Luís de Sousa<sup>28</sup> como pelo Cardeal Saraiva<sup>29</sup>, como crê Saul António Gomes<sup>30</sup>. Ocultas nestes armários, poderão ter-se assim furtado tanto a outros olhares curiosos<sup>31</sup> como à fúria destrutiva das Invasões. Mesmo que a descoberto, e ao contrário de muito do restante espólio ilustrado por Sequeira, os elmos talvez fossem menos apetecíveis (por menos portáteis) aos saqueadores franceses e ingleses do Mosteiro;

— O interlúdio documental é interrompido pelas memórias da viajante inglesa Julia Pardoe. Durante a sua visita de 1827, conta-nos Pardoe que

*“In the breakfast-room [a antiga sacristia], we saw the helmet and sword worn by Dom John at the battle of Aljiberota [sic], which victory Batalha was founded to commemorate; they are of immense size and weight, but not particularly curious.”*<sup>32</sup>

Portanto, em 1827 pelo menos duas das peças, incluindo um elmo, tinham mudado de local, da Capela do Fundador para a sacristia;

— Após esta menção, as armas pouco rasto deixam no restante século XIX, tanto quanto conseguimos apurar. Não conseguimos encontrar registo delas na documentação de Luíz Mouzinho de Albuquerque relativa

27 Francisco de São Luís SARAIVA, “Memoria Histórica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria chamado vulgarmente da Batalha”, *Obras completas do Cardeal Saraiva*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1872, pp. 273-343. A obra em questão foi publicada pela primeira vez em 1827.

28 Frei Luís de SOUSA, *Primeira parte da Historia de S. Domingos ...*, p. 630.

29 Francisco de São Luís SARAIVA, *Obras completas ...*, p. 322.

30 Pedro REDOL, Saul António GOMES (coords), *Lugares de oração no Mosteiro da Batalha*, Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, 2015, p. 80.

31 William Beckford, que visitou o Mosteiro em 1794, não lhes faz qualquer referência na descrição da sua passagem por Portugal em William BECKFORD, *Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaca and Batalha*, Richard Bentley, New Burlington Street, London, 1835.

32 “No refeitório, vimos o capacete e a espada usados por Dom João na batalha de Aljiberota, cuja vitória Batalha foi fundada para comemorar; são de tamanho e peso imensos, mas não suscitam particular curiosidade” [tradução nossa]. Julia PARDOE, *Traits and traditions of Portugal, collected during a residence in that country*, vol. I, Saunders and Otley, London, 1833, p. 257. Os nossos redobrados agradecimentos a Pedro Redol pela chamada de atenção para esta menção.

ao restauro do Mosteiro entre 1840 e 1843<sup>33</sup>, mas deverá datar dessa altura, ou altura próxima, o seu envio para Lisboa, para se juntarem aos “objectos raros e curiosos” existentes nas Salas de Armas do Arsenal Real do Exército<sup>34</sup> — a colecção-génese do actual Museu Militar de Lisboa<sup>35</sup>. Diz-nos Inácio Vilhena de Barbosa, em 1865, que se guardavam

*“(...) outr’ora n’esta capella sepulchral [a Capela do Fundador] um elmo, espada e outras peças da armadura de D. João I (...) Há pouco tempo ainda s conservavam na dita capella algumas d’aquellas reliquias do grande rei (...). Presentemente não sabemos se ainda ali existem”<sup>36</sup>.*

Vilhena republicaria esta informação, *ipsis uerbis* ou quase, em 1886<sup>37</sup>. Portanto, em 1886, o paradeiro d(e parte dest)as peças era desconhecido (pelo menos para este autor), o que passa a impressão de os artefactos não estarem ainda no Arsenal ou de, pelo menos, não estarem ainda expostos ao público.

— É no entanto nas salas do Arsenal que Roque Gameiro e Manuel Pinheiro Chagas as deverão ter visto trinta anos mais tarde, em finais do século, nas suas pesquisa para o segundo volume da *História de Portugal, popular e ilustrada*, publicado em 1899. O texto do volume reporta-se a duas peças distintas - falando “do capacete e do elmo do fundador da dinastia de Aviz”<sup>38</sup> –, enquanto que a ilustração de Roque Gameiro que o acompanha (Fig. 3) apresenta somente o elmo e a espada ditos de D. João I. De notar que Pinheiro Chagas afirmou que estas peças eram

33 Luiz da Silva Mouzinho de ALBUQUERQUE, *Memória inédita ácerca do edificio monumental da Batalha*, Typographia Leiriense, Leiria, 1854. Também os estudos mais actuais focados no restauro, como os trabalhos de Maria João Baptista Neto (Maria João Baptista NETO, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro ...*) e de Clara Moura Soares (Clara Moura SOARES, *O Restauro do Mosteiro...*) não incluem menções a qualquer das armas.

34 Maria da Conceição Martins Vieira MARQUES, *Museu Militar de Lisboa - Proposta de Re-programação Museológica*, dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015, pp. 26.

35 Sobre esta questão, veja-se Maria da Conceição Martins Vieira MARQUES, *Museu Militar ...* pp. 24-29.

36 Inácio Vilhena de BARBOSA, “Mosteiro de Santa Maria da Victoria vulgarmente chamado da Batalha”, *Archivo Pittoresco*, n.º 28, Lisboa, 1865, p. 224.

37 Inácio Vilhena de BARBOSA, *Monumentos de Portugal: históricos, artísticos e archeológicos*, Castro Irmão, Lisboa, 1886, p. 41.

38 Manuel Pinheiro CHAGAS, *História de Portugal, popular e ilustrada. Segundo volume*. Empreza da Historia de Portugal, Lisboa, 1899, p. 96.



Figura 3. “Elmo e espada do Mestre d’Aviz”, aguarela de Roque Gameiro.

provenientes de Alcobça e não da Batalha – quiçá uma possível confusão com outros artefactos joaninos que sabemos terem sido depositados no Mosteiro de Alcobça após a Batalha de Aljubarrota<sup>39</sup>. É possível que também tenha sido aqui que o historiador Gabriel Pereira as viu entre 1895 e 1911, de acordo com a pequena reprodução infelizmente solta e

39 Após a Batalha Real, “O rei doou aos monges bernardos, para salvaguarda e memória, um manuscrito precioso de uma bíblia do rei castelhano, arneses e armas que ficaram em depósito na abadia, o famoso caldeirão que ficou guardado dentro de uma capela de onde não podia ser tirado sem demolição da porta da mesma, segundo um testemunho quinhentista”. Em Saul António GOMES, “Mosteiro da Batalha. Notas e imagens ...”, p. 17.

sem elementos contextuais que permitam uma datação mais afinada, na folha 34 do seu álbum de desenhos<sup>40</sup>.

Esta cronologia entra em conflito com a hipótese, alvitrada por Rui Carita, de que estes objectos teriam sido enviados para Lisboa em 1901 após a trasladação dos restos mortais de D. Afonso V e a rainha D.<sup>a</sup> Isabel, D. João II e o seu filho D. Afonso para os túmulos neogóticos da Capela do Fundador<sup>41</sup>. Não encontramos menção das peças nem no auto de trasladação<sup>42</sup> nem na cobertura que a imprensa da época fez do evento<sup>43</sup>;

— Por fim, o mais antigo catálogo do Museu (à altura ainda denominado Museu de Artilharia) a que tivemos acesso, de 1902<sup>44</sup>, já contém referência a “dois capacetes e uma espada, que pertenceram a El-Rei D. João II”<sup>45</sup> e que “vieram do mosteiro da Batalha”. Estas peças foram pouco depois colocadas na recém-criada Sala Vasco da Gama<sup>46</sup> como artefactos consolidados na colecção.

Assim se chega à (por ora) última etapa na história custodial destas peças, em particular dos elmos que nos ocupam neste estudo. À excepção de ocasionais empréstimos para exposição, estes artefactos têm-se mantido à guarda do Museu Militar de Lisboa ao longo de todo o século XX e XXI. À data de redacção deste artigo, um dos elmos, identificado como elmo de D. João I (número de inventário MML00067), encontra-se exposto na Sala Nuno Álvares Pereira<sup>47</sup>, próximo da espada também atribuída a D. João I (número de inventário MML00061). O outro elmo, com o número de inventário MML00902, está em depósito nas reservas.

Apesar da sua importância histórica e patrimonial, desde a sua chegada a Lisboa que os elmos têm granjeado relativamente pouca atenção por parte dos académicos em Portugal. As menções mais relevantes, todas elas de formato breve, continuam a ser o balizamento cronológico

40 Gabriel PEREIRA, Biblioteca Nacional de Portugal, *Álbum de Desenhos*, mss-204-n39, 1895-1911.

41 Rui CARITA, “Elmo”, *O Testamento de Adão*, Comissão Nacional para as Comemorações Nacionais dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1994, p. 201.

42 ANTT, *Gavetas*, Gav. 16, mç. 4, n.º 131.

43 Por exemplo, veja-se “A Trasladação Real na Batalha”, *O Occidente – Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, vol. XXIV, n.º 826 (1901), pp. 267-268.

44 Apesar de impresso em 1903, o catálogo foi compilado em 1902.

45 Com a referência I 30, em Eduardo Ernesto CASTELBRANCO, *Catálogo do Museu da Artilharia*, Typographia da Direcção Geral do Serviço de Artilharia, Lisboa, 1903.

46 Referência N.º 21 no catálogo. Em Zephyrino BRANDÃO, *Catálogo do Museu da Artilharia*, Typographia da “A Editora”, Lisboa, 1906, p. 106.

47 Com uma cópia exposta no Museu Militar de Chaves.

de Gastão Melo de Matos publicada na revista *Brotéria* em 1967<sup>48</sup>, o estudo de um dos elmos feito por Rui Carita para o catálogo *O Testamento de Adão* em 1994<sup>49</sup>, e as entradas de catálogo redigidas por João Gouveia Monteiro para a exposição “Pera Guerrejar” nos anos 2000<sup>50</sup> (esta última o estudo mais aturado e actualizado dos artefactos até à data). Internacionalmente, os elmos passaram inteiramente despercebidos, mesmo na bibliografia mais especializada<sup>51</sup>. Com um percurso tão acidentado e ainda pleno de lacunas, é necessário continuar o trabalho de investigação sobre as peças a partir delas mesmas. É a análise material e simbólica de ambos os elmos que urge fazer (ou refazer), e é ela que nos permite esboçar duas histórias muito diferentes.



Figura 4. O elmo dito de D. João I, perspectiva frontal. Fotografia dos autores.

48 Gastão de Melo de MATTOS, “Falsas atribuições de armas em colecções portuguesas”, *Brotéria*, vol. 1, 1962, pp. 31-33.

49 Rui CARITA, “Elmo de D. João II”, pp. 200-201.

50 Peças 3 e 4 do catálogo, em João Gouveia MONTEIRO, “Catálogo”, *Pera Guerrejar...*, pp. 250-253.

51 À excepção da brevíssima menção que o saudoso Noel Fallows fez ao elmo dito de D. João I em Noel FALLOWS, *Armas y Armaduras de la Justa Real en la Baja Edad Media*, Universitat de València, Valencia, 2020, p. 35.



Figura 5. O elmo dito de D. João I, lateral direita. Fotografia dos autores.

## 2. Os elmos

### 2.1. O elmo dito de D. João I

O elmo dito de D. João I (Fig. 4 e 5) é uma peça de grandes dimensões, com um peso actual<sup>52</sup> total de 6 quilos e 520 gramas, formada por cinco partes constituintes:

- uma placa traseira que cobre o pescoço e a nuca e se alarga lateralmente até meio do crânio, com uma aba ao longo do fundo e uma projecção saliente ao nível da occipital. A meio desta placa podem ver-se quatro caneluras largas mas pouco profundas, arqueadas em direcção à lateral do elmo;

- uma placa da calva, com uma aresta central pronunciada, que se alarga do topo da cabeça para a zona da testa;

- uma placa frontal, que cobre a frente e lados da face. A placa alarga-se lateralmente para se juntar à placa traseira sensivelmente ao nível

<sup>52</sup> Para além dos danos apresentados, a peça terá perdido algum peso por oxidação e limpezas.

das orelhas do utilizador. Apresenta duas pequenas extensões de cada lado, que a ligam ao bordo inferior da placa de calva ao nível das têmporas. Apresenta também uma aba ao longo do fundo, da qual pende uma grossa charneira. Na aba foi feito um recorte trapezoidal, à esquerda da zona de fixação da charneira;

- uma charneira rectangular com três largos orifícios circulares, fixa à aba da placa frontal por uma placa de formato trapezoidal irregular;
- uma portinhola lateral com dobradiça.

O elmo apresenta vários danos, possivelmente mazelas do terramoto de 1755, malfeitorias das Invasões, ou negligência durante as várias errâncias a que foi sujeito; nenhum deles parece ser resultado de uso, nem tampouco conseguimos encontrar marcas de combate. O vértice triangular da aba da placa traseira mostra deformações, com material em falta no bordo direito da aba. Na placa frontal, o dano é semelhante: o bordo esquerdo mostra-se levemente esboroadado e a zona de fixação da charneira à aba está amolgada. O perno da portinhola está entortado, impedindo-a de fechar, além de lhe faltar o perno de tranca (orifício do qual se pode ver na base da portinhola); e a junção entre as placas frontal e de calva e a placa traseira está ligeiramente deslocada do seu eixo, por falta de alguns rebites. As perdas de material afectam em parte a distribuição de massa do elmo: as espessuras medidas no pescoço, por exemplo, variam entre 1.24mm em zonas de desgaste de material até 2.56mm em zonas saudáveis. Pesem embora estes danos, o estado de conservação da peça é no geral bom. É ainda possível ver a olho nu vestígios de douramento tanto na dobradiça da portinhola como na charneira, que teriam feito enorme contraste com a restante superfície polida.

Tipologicamente, este elmo pertence à categoria dos “bocas-de-sapo”, elmos de justa<sup>53</sup> assim chamados por o *ocularium*, ou seja, a fenda pela qual o cavaleiro pode espreitar, fazer lembrar a boca aberta de um batráquio. Como nos restantes “boca-de-sapo”, a fresta ocular deste elmo, com 19,7 cm de lado a lado, é formada pelo reduzido espaço entre o bordo inferior da placa de calva e o “lábio” no topo da placa frontal. A geometria da peça pode à primeira vista parecer algo primitiva, quase cilíndrica, mas esta impressão não resiste perante um exame mais

53 Inicialmente, este modelo de elmo era também utilizado em batalha, mas rapidamente se exclusivizou como elmo de justa. Veja-se por exemplo Claude BLAIR, *European Armour circa 1066 to circa 1700*, B. T. Batsford LTD, London, 1972, p. 73.

atento. O desdobramento grácil da aresta medial, em forma de quilha, a curvatura anticlástica do pescoço, a subtil crista central no topo do elmo e as caneluras destramente lavradas na nuca revelam a mestria com que foi forjado. A distribuição do aço ao longo da placa frontal — c. 3.9mm de espessura nas zonas laterais, c. 4.31mm junto à aresta medial, e c. 4.6mm no bordo interior do lábio — revela não só um conhecimento especializado sobre como proteger a face do cavaleiro, mas também técnicas apuradas de moldagem do metal. Idêntica qualidade se verifica na portinhola e dobradiça presentes no lado direito da peça (Fig. 5). Estas portinholas, exclusivas dos elmos de justa de finais de século XV e inícios de XVI, permitiriam ao cavaleiro respirar (e comunicar, quando necessário) sem criar aberturas no lado esquerdo do elmo - o lado apto a receber o embate da lança do adversário durante as passagens na tela<sup>54</sup>.

No topo e nas laterais do elmo abrem-se uma série de orifícios. Os orifícios laterais e alguns dos orifícios de topo serviriam para a fixação de um forro têxtil acolchoado, a chamada *estofa*, para amortecimento dos golpes de lança. Conserva-se no Kunshistorisches Museum de Viena um bom grupo de espécimes sobrevivente destes forros – cinco de 1484<sup>55</sup> e dois de 1480-1490<sup>56</sup>, mas todos semelhantes em materiais e construção -, do qual se reproduz aqui um (Fig. 6). Cosidas ao forro, constituído por camadas de linho e estopa, estão atacas de fibra de cânhamo com pontas de latão, que seriam passadas pelos orifícios do elmo e apertadas com firmeza contra o aço no exterior. A zona da testa e do queixo são reforçadas com bandas têxteis mais grossas que o restante material, para proteger a face de choques contra o interior do elmo e contra a fresta da viseira.

54 Noel FALLOWS, *Armas y Armaduras ...*, p. 32 e p. 34. Sobre o fenómeno das justas em geral, mas também a sua aplicação em Portugal, leia-se João Gouveia MONTEIRO, “Torneios, justas e feitos de armas: escolas de guerra e desporto de nobres no Ocidente medieval”, *Actas do V Colóquio ‘Do Infante e Tordesilhas’ e Dia da História Militar*, Comissão Portuguesa de História Militar (dir.), Lisboa, 1994, pp. 293-364; Miguel AGUIAR, *Cavaleiros e Cavalaria*, Teodolito, Lisboa, 2018, pp. 177-204; Richard BARBER e Juliet BARKER, *Tournaments: Jousts, Chivalry and Pageants in the Middle Ages*, The Boydell Press, Woodbridge, 2000; Noel FALLOWS, *Jousting in Medieval and Renaissance Iberia*, The Boydell Press, Woodbridge, 2010.

55 Com os números de inventário Hofjagd- und Rüstkammer, B 44, B 45, B 47, B 112 e B 114.

56 Com os números de inventário Hofjagd- und Rüstkammer, B 46 e B 113.





Figura 6. Estofa de 1484, pertencente a Sigismundo do Tirol, no Kunsthistorisches Museum de Viena (Hofjagd- und Rüstkammer, B 47) © Kunsthistorisches Museum Wien, Hofjagd- und Rüstkammer

Os restantes orifícios da calva serviriam para fixar uma cimeira decorativa, peça integral do aparato cavaleiresco das justas e dos torneios medievais<sup>57</sup>. Sendo este elmo destinado ao panteão de Avis, é possível que tivesse sido depositado com uma cimeira em forma de serpe<sup>58</sup>. René I de Anjou descreveu, no seu *Traité de la forme et devis comme on peut fair les tournois*, a montagem das cimeiras a uma base de couro fervido,

57 Sobre a evolução e usos das cimeiras veja-se, entre outros, Richard BARBER e Juliet BARKER, *Tournaments: Jousts, Chivalry ...*, p.152 e p. 161; Claude BLAIR, *European Armour ...*, p. 30, 48, 74, 79 e 140; Dirk H. BREIDING, “Some Notes on Great Helms, Crests and Early Tournament Reinforces”, *The 2013 Park Lane Arms Fair catalogue*, London, 2013, pp. 1-18; Martí de RIQUER, *L’Arnès del Cavaller*, La Magrana, Barcelona, 2011, p. 311-313.

58 Miguel Metelo de SEIXAS, *Quinas e Castelos - Sinais de Portugal*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2019, pp. 40-42

almofadado, que cobriria todo o topo do elmo, sendo-lhe depois adicionados os restantes elementos de pano (o lambrequim) e madeira, couro moldado ou gesso cartonado (para as figurações das cimeiras propriamente ditas), sendo então presas sobre o elmo com atacas<sup>59</sup>. Os materiais precedores de uma cimeira podem ajudar a explicar porque não nos chegou nenhum exemplar associado a estes elmos, embora não tenhamos qualquer registo de tais peças terem existido no Mosteiro.

A placa perfurada pendente da base do elmo, a charneira, permitiria uma fixação firme à peça de protecção do tronco usada nestas lides. Em finais de século XIV e inícios de século XV, este tipo de elmos era afivelado ao tronco através de correias de couro, uma para o peito e outra para o espaldar do cavaleiro. Por serem pouco resistentes face aos violentos embates das justas, as correias começaram a ser substituídas a partir de meados do século XV por charneiras, ou seja,

*“cierres metálicos con bisagras remachados en la base del yelmo, perforados con orificios que se ajustaban a unos pitones alineados en vertical en el peto y el espaldar. Un pasador de seguridad se deslizaba a través de los pitones para fijar con fuerza la charnela en su sitio”<sup>60</sup>*

Na Figura 7 pode ver-se o arnês de justa de Filipe I de Castela, o Formoso, de c. 1500<sup>61</sup>. No lado esquerdo da couraça<sup>62</sup> estão quatro pinos dourados salientes, no topo dos quais se encontra enganchada

59 “C’est assavoir, tout premièrement le timbre doit estre sur une pièce de cuir bouilly, laquelle doit estre bien faultrée d’ung doy d’espez, ou plus par le dedens; et doit contenir ladite pièce de cuir tout le sommet du heaulme, et sera couverte ladite pièce du lambequin, armoyé des armes de celui qui le portera. Et sur ledit lambequin au plus hault du sommet sera assis ledit timbre, et autour d’icellui aura ung tortis des couleurs que voudra ledit tournoyeur du gros du bras ou plus ou moins à son plaisir”, em Elizabeth BENNETT, “King René’s Tournament Book: Medieval French Text”, *King René’s Tournament Book - A Modern English Translation*, 4 de Setembro de 1998, consultado a 5 de Outubro de 2022, <https://www.princeton.edu/~ezb/rene/renefran.html>.

60 Noel FALLOWS, *Armas y Armaduras...*, p. 34.

61 Sobre este conjunto, veja-se José A. GODOY, “Renaissance Arms and Armor from the Patrimonio Nacional”, *Resplendence of the Spanish Monarchy: Renaissance Tapestries and Armor from the Patrimonio Nacional*, Domínguez Ortíz (ed.), Antonio, Concha Herrero Carretero (ed.), José A. Godoy (ed.), The Metropolitan Museum of Art, New York, 1991, pp. 110-113.

62 No sentido moderno do termo; sobre o significado medieval da palavra couraça em Português, veja-se António Conduto OLIVEIRA, ““Uma peça muito preciosa de significado ainda desconhecido”: Decifrar o termo *gibanete*”, *Medievalista*, 1 de Janeiro de 2022, consultado a 5 de Outubro de 2022, <https://medievalista.iem.fch.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/467>, pp. 337-340.



Figura 7. Arnês para a justa real de Filipe I de Castela, na Real Armeria de Madrid (n.º inv. A 16) © Patrimonio Nacional de España

a charneira do elmo<sup>63</sup>. No caso do elmo dito de D. João I, a charneira está orientada para a direita, o que nos revela a posição aproximada dos pinos na couraça de justa com que terá sido emparelhada em tempos. Cada parrelha elmo-couraça era única, variando portanto a disposição de elementos individuais.

63 Nesta fotografia, a couraça encontra-se colocada demasiado abaixo no tronco do manequim. Em uso, a abertura do pescoço da couraça deveria estar colocada por debaixo do elmo, e a charneira deveria conseguir encaixar em todos os quatro pinos.

Por cima destes pontos de fixação, a couraça de Filipe I apresenta outro detalhe importante: o chamado *flaón* ou *caracol*<sup>64</sup>. Esta peça, de aspecto tubular, é um encaixe para o escudo de torneio usado pelos competidores das justas. O topo do *caracol* é na realidade o topo de um parafuso de enroscar (daí lhe advém o nome); o encaixe seria passado através de um orifício no escudo e o *caracol* trancaria as duas peças uma na noutra, mantendo o topo do escudo sensivelmente ao nível da face do cavaleiro. A presença desta peça obrigava à criação de um recorte no bordo inferior do elmo, que acomodasse esta colocação alta do escudo. No elmo dito de D. João I vemos precisamente esse recorte, o que significa que a couraça usada com este escudo teria tido um caracol. Como salienta Noel Fallows<sup>65</sup>, o *caracol* é característica exclusiva do equipamento de justa ibérico ou ibero-flamengo, o que poderá também ser uma potencial pista para o local de produção deste elmo<sup>66</sup>.

Temos reunidas todas as indicações de uma peça de equipamento equestre altamente especializada, um elmo concebido especificamente para a chamada “justa real” ibérica<sup>67</sup> — uma forma das justas ditas *de paz* ou *à plaisance*, travada com lanças rombas e equipamento reforçado e feito à medida para assegurar a máxima protecção aos participantes<sup>68</sup>. Este elmo é, portanto, um testemunho vivo destas práticas em Portugal, e ajuda a filiá-las no universo mais amplo de práticas equestres na Península Ibérica nos finais da Idade Média<sup>69</sup>.

Gastão de Melo de Mattos identificou-o correctamente como um elmo de finais de século XV<sup>70</sup>, por comparação com outros exemplos coevos, tanto para a justa real como para outras formas de justa. Em termos volumétricos gerais, o paralelo mais próximo seria o afamado elmo Bro-

64 Noel FALLOWS, *Armas y Armaduras...*, p. 39.

65 Noel FALLOWS, *Armas y Armaduras...*, pp. 39-40.

66 O comércio de armas com a Flandres é uma constante ao longo de todo o século XV. Veja-se a este respeito os apontamentos em João Gouveia MONTEIRO, *A Guerra em Portugal...*, p. 357 ou João Gouveia MONTEIRO, *Armeiros e Armazéns nos Finais da Idade Média*, Palimage Editores, Viseu, 2011, p. 30, por exemplo, bem como a extensa lista de material proveniente comprado na Flandres arrolado em cartas de quitação durante o reinado de D. Manuel que, por uma questão de espaço, não podemos indicar aqui.

67 Sobre todos os aspectos da “justa real”, veja-se Noel FALLOWS, *Armas y Armaduras...*, em particular pp. 27-56.

68 Em oposição às justas *de guerra* ou *à l'outrance*, com equipamento de campo e lanças afiadas. Sobre esta diferença, veja-se Tobias CAPWELL, *Arms and Armour of the Medieval Joust*, Royal Armouries Museum, Leeds, 2018, pp. 29-31 e 73-77.

69 Sobre a justa real veja-se Noel FALLOWS, *Armas y Armaduras ...*

70 Gastão de Melo de MATTOS, “Falsas atribuições ...”, *Brotéria*, vol. 1, 1962, pp. 31-33.

cas, datado de 1470-1490 (Fig. 8)<sup>71</sup>, mas é no elmo de Filipe I, também ele elmo para a justa real, que encontramos mais semelhanças construtivas – apesar deste último ter uma sólida chapa de reforço na frente que de certa maneira camufla as suas linhas mais elegantes. Outros elmos, como é o caso de um elmo italiano de c. 1475-1500 que se conserva no Metropolitan Museum of Art de Nova Iorque (n.º inv. 04.3.233), reforçam estas comparações.



Figura 8. Elmo para a justa de paz (Gestech), pertencente à antiga colecção Brocas, nas Royal Armouries em Leeds (n.º inv. IV.411) © Royal Armouries

Dos dois elmos levados para o Mosteiro, apenas um se coaduna com esta cronologia e uso: o elmo de D. João II. Recordemos a ligação directa que Garcia de Resende estabelece entre o elmo e o seu uso desportivo, reportando-se ao “escudo, e elmo, com que o santo Rey *justou em Evora*

71 J.P.D. COOPER, Thom RICHARDSON e Graeme RIMER (eds.), *Henry VIII: Arms and the Man*, Royal Armouries, Leeds, 2009, p.128-129.

*nas festas que fez ao casamento do Príncipe seu filho*”, ocorridas entre 6 e 12 de Dezembro de 1490<sup>72</sup>. Resende - personagem de corte, testemunha ocular das justas e muito provavelmente do cerimonial de trasladação das relíquias - legou-nos um vívido retrato de todo o cerimonial da justa, desde a preparação da tela, à apresentação dos participantes e seus desafios, e terminando nos prémios dados<sup>73</sup>. Do elmo nada sabemos nestas lides, excepto que terá tido por cimeira “liames de nao pola Raynha dona Lianor sua molher, cheos de pedraria”<sup>74</sup>. Não obstante, fica-nos o registo de um elmo de justa de D. João II com uso atestado em Dezembro de 1490, elmo esse que nove anos mais tarde é colocado no Mosteiro da Batalha — mosteiro de onde nos chega este espécime de elmo para a justa real datável de finais do século XV. Todos os dados apontam, portanto, para que o elmo ainda hoje apresentado como elmo de D. João I seja na realidade o elmo de D. João II.

## 2.2. O elmo dito de D. João II

Não se pode dizer que a atribuição revista do elmo dito de D. João I seja uma completa novidade. Já Gastão Melo de Mattos<sup>75</sup>, João Gouveia Monteiro<sup>76</sup> e Noel Fallows<sup>77</sup>, entre outros, a tinham apresentado como hipótese viável, embora por vezes sem a devida fundamentação. Se a atribuição do primeiro elmo não é contenciosa, já em relação ao segundo elmo a questão torna-se mais complicada.

O elmo dito de D. João II (Figs. 9 e 10) é menos complexo em termos técnicos e estéticos que o seu companheiro. Em vez de três peças, o elmo é feito de apenas duas: uma para a frente, que abarca a calva, e outra para a traseira. Pesa também ele 6 quilos e meio<sup>78</sup>, gastos numa morfologia pouco desenvolvida e de linhas muito rectas. Não há um abaula-

72 Garcia de RESENDE, *Crónica de Dom João II ...*, p. 294.

73 Garcia de RESENDE, *Crónica de Dom João II ...*, pp. 178-187.

74 Garcia de RESENDE, *Crónica de Dom João II ...*, p.183. Os liames parecem ser alusões ao camaroeiro que a Rainha adoptara como empresa. Sobre esta questão veja-se e João Bernardo GALVÃO-TELLES e Miguel Metelo de SEIXAS, “As insígnias do pelourinho de Óbidos. Subsídios para a compreensão da emblemática da rainha D. Leonor”, *Casa Perfeitíssima. 500 Anos da Fundação do Mosteiro da Madre de Deus 1509-2009*, Museu Nacional do Azulejo / IMC, Lisboa, 2009, pp. 19-33.

75 Gastão de Melo de MATTOS, “Falsas atribuições ...”, pp. 31-33.

76 João Gouveia MONTEIRO, “Catálogo”, *Pera Guerrejar...*, pp. 252-253.

77 Noel FALLOWS, *Armas y Armaduras...*, p. 35.

78 E não os 4,420 kg reportados em Rui CARITA, “Elmo de D. João II”, p. 201.

mento ou curvatura lateral das paredes do elmo, que se erguem rectas a partir do pescoço até às arestas de dobragem para a calva. A aresta medial é também ela uma linha recta, sem uma curvatura terminal junto à fresta ocular para formar a ponta do típico “lábio” dos elmos de justa. A superfície desta peça está tão oxidada e rugosa quanto a do seu congénere, resultado de séculos de acumulação de pó e microabsorção de poeiras e humidades, e também nela não detectámos vestígios de golpes ou impactos de uso. Na sua análise ao elmo, o investigador Rui Carita salientou “vestígios de ter sido totalmente folheado a prata”<sup>79</sup>. Não conseguimos verificar totalmente esta hipótese; encontrámos, sim, ligeiríssimos



Figura 9. O elmo dito de D. João II, perspectiva semi-frontal. Note-se a placa de fixação da presilha dianteira, de formato flor-de-lisado. Fotografia dos autores.

<sup>79</sup> Rui CARITA, “Elmo de D. João II”, p. 201.



Figura 10. O elmo dito de D. João II, perspectiva lateral direita. Fotografia dos autores.

resquícios de fulgor prateado junto às placas das presilhas, mas é necessária uma análise química para confirmar se são efectivamente restos da superfície polida original, vestígios de prateamento, ou se se trata de alguma transferência por contacto ocorrida a dado ponto da sua história. Há também a assinalar danos graves no bordo de pescoço do elmo junto às junções das placas, tanto de um lado como no outro, com perda de material; bem como uma fenda na base do pescoço. A vantagem (passe-se a expressão) destes danos é mostrar a delaminação das zonas de



corte, um indicador razoavelmente seguro de que o material constituinte do elmo é feito com técnicas pré-industriais<sup>80</sup>.

Uma das grandes discussões em torno destes dois elmos tem incidido sobre a largura da abertura do pescoço, se serviria efectivamente a uma pessoa e a que tipo de pessoa serviria — se adulto, se uma criança ou adolescente. Com uma circunferência interior medida de 59cm, arriscá-mos colocar gentilmente o elmo na cabeça e podemos atestar que este elmo, mais pequeno que o outro, encaixaria em alguém com um diâmetro de cabeça de 56,5 cm ou menor (acautelando algum excesso para a existência de um forro independente) – o que de resto se coaduna os testes que Rui Carita efectuou com a peça<sup>81</sup>. Portanto, qualquer um dos elmos teria sido utilizável por um cavaleiro adulto.



ROYAL ARMOURIES

Figura 11. Elmo funerário de Sir William Barendyne, nas Royal Armouries em Leeds (n.º inv. IV.411) © Royal Armouries

80 Matthias GOLL, *Iron Documents. Interdisciplinary studies on the technology of late medieval European plate armour production between 1350 and 1500*, tese de doutoramento, University of Heidelberg, Heidelberg, 2014, p. 182.

81 Rui CARITA, “Elmo”, p. 201

Em comparação directa com o outro elmo do Mosteiro da Batalha, vemos algumas características comuns e outras em falta, ambas categorias que nos podem ajudar a afinar a datação desta peça. Este elmo, por exemplo, não tem portinhola nem charneira. Tem sim duas presilhas, uma à frente e outra atrás, afixadas ao bordo inferior do elmo por aplicações metálicas em forma flor-de-lisada — o que não é um pormenor despiciente num elmo no panteão de Avis. Como dissemos acima, o uso destas presilhas para afivelar o elmo ao peito e ao espaldar do cavaleiro é uma solução típica da primeira metade do século XV, e portanto um potencial indicador cronológico<sup>82</sup>. A ausência de uma portinhola aponta também neste sentido.

Tal como o elmo que atribuímos a D. João II, este elmo tem orifícios abertos, mas apenas quatro, no centro da calva, para a fixação de uma cimeira. Ficar-nos-iam então em falta orifícios adicionais para a fixação de forro, uma ausência suspeita não fosse a existência de pelo menos três elmos de justas de inícios do século XV, reaproveitados e convertidos em elmos funerários no início do século XVI, que também não apresentam esses orifícios. Nos elmos de Sir William Barendyne (Fig. 11)<sup>83</sup>, tal como no elmo A186 da Wallace Collection<sup>84</sup> e no elmo funerário de John de Vere, 13º Conde de Oxford, que se guarda no Museo Nazionale del Bargello em Florença (n.º inv. 1631 C), os únicos orifícios que existem são os da calva. O forro cingiria apenas a cabeça do cavaleiro, sem se apertar ao restante elmo.

82 Embora existam elmos de finais de século XV, como o já referido elmo italiano no Metropolitan Museum of Art, que apresentam uma charneira na frente e uma argola ou presilha atrás.

83 Thom RICHARDSON, “The Barendyne helmet”, *Royal Armouries Yearbook*, vol. 1 (1996), pp. 68-72.

84 James G. MANN, *Wallace Collection Catalogues: European Arms and Armour Volume I*, The Wallace Collection, London, 1962, pp. 148-149. Notou James Mann, e bem, que “the dating of these helmets”, grupo que inclui os elmos de de Vere e Barendyne, “some of which are connected to burials early in the XVIth century, is uncertain, and some of them may date from the previous century”. Este elmo encontra-se actualmente datado para c. 1430 (Tobias CAPWELL, *Arms and Armour ...*, p. 46).



Figura 12. Pormenor dos vestígios das barras da viseira. Fotografia dos autores

Mas a maior diferença entre as duas peças reside nas barras que neste elmo protegiam a abertura da viseira. Ainda é possível discernir com facilidade os arranques de cada uma, embora já muito desgastados, junto aos bordos superiores e inferiores da fresta ocular (Fig. 12). Note-se que a aresta da calva não se encontra recuada em relação ao bordo inferior da fresta, o “lábio” do elmo; isto porque a existência de barras deixa de criar a necessidade de um ressalto de segurança, que impeça a entrada de numa lança ou de fragmentos para o interior o elmo.

Supondo que as barras são contemporâneas do resto da peça – facto do qual não temos motivo para duvidar, dada a patina uniforme do material –, não eram comuns a elmos de justa. A colocação de barras ou grelhas de protecção da face ou da fresta ocular são típicas da modalidade equestre da *mêlée*, que consiste num combate montado com armas rombas (espadas ou cacetes) entre dois ou mais participantes<sup>85</sup>. O *Traité de la forme et devis comme on peut fair les tournois* é o melhor exemplo deste género de modalidade e do seu equipamento: mostra-nos a tipologia de elmo com barras salientes usado pelos cavaleiros<sup>86</sup> e as armas

85 Miguel AGUIAR, *Cavaleiros ...*, p. 196.

86 René I D’ANJOU, *Traité de la forme et devis comme on peut fair les tournois*, c. 1450-

rombas usadas no combate<sup>87</sup>, culminando nas ilustrações de um combate a dois<sup>88</sup> e de uma *mêlée* entre duas equipas com dezenas de participantes<sup>89</sup>. Podemos também ver diferença entre elmos de justa, sem barras, e os elmos barrados usados para a *mêlée* no manuscrito conhecido por *Sir Thomas Holme's Book of Arms*<sup>90</sup>, que em cada página dos fólhos 9 a 40 mostra uma parrelha em *mêlée* e uma parrelha de justa. As únicas duas instâncias de elmos barrados (fólhos 30 e 36v), surgem em cavaleiros a lutar a *mêlée*; todos os demais cavaleiros usam exclusivamente “bocas-de-sapo” com a fresta a descoberto. Isto porque, enquanto os elmos de justa eram versáteis o suficiente para servirem para a *mêlée*, as barras eram uma verdadeira ameaça à integridade física dos participantes de justas: longe de deflectirem as pontas das lanças, as barras poderiam encaixá-las acidentalmente e conduzi-las através da fresta ocular.

Pela sua estrita ligação com o esplendor das lides cavaleirescas e da exibição desportiva de armas, as barras tornam-se frequentes na representação armorial de elmos a partir de finais do século XV. Ótimo exemplo disto em Portugal, é o *Livro do Armeiro-Mor* (Fig. 13), que segue a convenção inglesa de empregar elmos dourados com barras nas frestas oculares para todas as armas régias (reais ou ficcionadas)<sup>91</sup>. A colocação de barras em elmos funerários prolonga-se pela modernidade adentro, como o comprovam, por exemplo, a colecção de elmos “fingidos” do século XVI do Wien Museum Karlsplatz (como o elmo que podemos ver na Fig. 14)<sup>92</sup>, ou autênticos “monstros de Frankenstein” criados no século XVII<sup>93</sup>.

1460, Bibliothèque nationale de France, Français 2695, fólho 23v. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84522067/>, consultado pela última vez a 5 de Outubro de 2022.

87 René I D'ANJOU, *Traité de la forme ...*, fólho 31v

88 René I D'ANJOU, *Traité de la forme ...*, fólho 45v e 46r.

89 René I D'ANJOU, *Traité de la forme ...*, fólho 97v e 98r, 100v e 101r.

90 *British Library*, *Sir Thomas Holme's Book of Arms, Harley 4205, 1445-1450*. Disponível em <https://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/record.asp?MSID=6579&CollID=8&NStart=4205>, consultado pela última vez a 5 de Outubro de 2022.

91 Arthur Charles FOX-DAVIES, *A Complete Guide to Heraldry*, T. C. & E. C. Jack, London, 1909, p. 318-319; Iain MONCRIEFFE, Don POTTINGER, *Simple Heraldry Cheerfully Illustrated*, Thomas Nelson and Sons, London, 1953, p. 58.

92 Dois elmos de 1463 (n.º de inv. 126164 e 126166) e quatro de 1493 (n.º de inv. 126184, 126178, 126176 e 126170), todos eles modelados em madeira e couro dourado e pintado.

93 Para exemplos, não é necessário ir mais longe que dois elmos no Worcester Art Museum, pertencentes à John Woodman Higgins Armory Collection, com os números de inventário 2014.1129 (disponível em <https://worchester.emuseum.com/objects/48891/>



Figura 13. *Armas de Portugal no Livro do Armeiro-Mor (f. 10v), Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Casa Real, Cartório da Nobreza, liv. 19) © Arquivo Nacional da Torre do Tombo*

Por último, convém ressaltar o bordo sulcado que corre ao longo do pescoço, de ambos os lados do elmo. Aliado à fileira de rebites que ainda se podem ver corridos ao longo da aresta, passa a impressão de ter servido para acomodar alguma espécie de aplicação, quiçá metálica ou em tecido, que entretanto desapareceu. A Fig. 13 mostra uma destas aplicações, plena de pedraria, ao longo do bordo inferior de um elmo.

Pelo seu peculiar misto de especificidades, é difícil determinar se estamos perante um elmo *de facto* ou perante um simulacro funerário como os que apontámos acima. Tal como os exemplos destacados, os

---

mortuary-helmet?ctx=446124e5-5886-4e76-81de-7fd2d79267c3&idx=80) e 2014.1127 (disponível em <https://worchester.emuseum.com/objects/48896/mortuary-helmet?ctx=446124e5-5886-4e76-81de-7fd2d79267c3&idx=83>)



Figura 14. Elmo funerário de Friederich III von Habsburg, c. 1493, em couro e madeira, no Wien Museum Karlsplatz (n.º inv. 126176) © CC BY 4.0 Wien Museum.

simulacros são habitualmente fingidos a partir de materiais mais perecíveis, como couro moldado e pintado ou madeira, ou através do reaproveitamento/conversão de peças mais antigas e obsoletas através da adição de novos componentes. Bom exemplo desta última prática é um elmo de 1490-1500 (Fig. 15) com uma placa traseira genuína acoplada a uma placa frontal moldada para se assemelhar cruamente à de um elmo de justa. Não há uma portinhola, apenas um recorte que a evoca; e a junção entre as duas partes estilisticamente díspares é notória<sup>94</sup>. No caso deste elmo dito de D. João II, estamos perante uma construção

94 Este elmo, proveniente da antiga coleção Klingbeil e recentemente vendido pela leiloeira Pierre Bergé & Associés ([https://www.pba-auctions.com/en/lot/11675/2160802?-fbclid=IwAR3asemZt\\_9OG7k3C4rGyKkl2QZe1A1C1fDvRTSHaWKCpu238R\\_2\\_UN4330](https://www.pba-auctions.com/en/lot/11675/2160802?-fbclid=IwAR3asemZt_9OG7k3C4rGyKkl2QZe1A1C1fDvRTSHaWKCpu238R_2_UN4330)), encontra-se hoje no museu do Château Castelnau, em França.

estilisticamente tosca mas perfeitamente homogénea e coesa, sem reaproveitamentos e com todos os materiais correctos para um elmo funcional e utilizável. Não só os materiais, mas também as espessuras: tal como salientámos para o outro elmo, os elmos para jogos equestres são tendencialmente mais grossos na frente, e particularmente em torno do *ocularium*, para proteger o cavaleiro dos embates da lança<sup>95</sup>. Se de um simulacro se tratasse, seria expectável encontrar espessuras reduzidas e pouco uniformes em toda a peça. Este elmo, tal como o outro, é mais espesso em redor da aresta medial e da fresta ocular (4mm, aprox.) do que noutras partes da peça (espessuras variáveis entre 2.8mm e 3.36mm ao longo do bordo do pescoço, por exemplo).

Outra possibilidade é que este elmo reflecta o fenómeno de reprodução de armas medievais da época moderna e contemporânea. É certo que antecede por algumas décadas o despontar do interesse romântico por estes objectos, no primeiro quartel do século XIX, que levou à criação de um proveitoso mercado de falsidades – algumas da maior qualidade – durante o século XIX e inícios do século XX, para saciar os ímpetos coleccionistas dos *amateurs d’armes*<sup>96</sup>. Da mesma forma, não é totalmente de descartar que este peculiar elmo seja cópia de uma peça medieval possivelmente perdida em data anterior a 1808, ou seja, a reposição de uma relíquia histórica. Estaria longe de ser exemplo único se assim fosse: também a espada de D. Afonso Henriques, perdida em Marrocos em 1580, acabou reposta pelos monges de Santa Cruz de Coimbra por uma cópia tardia<sup>97</sup>. No entanto, onde a espada de D. Afonso Henriques revela o total desconhecimento de armas medievais por parte do armeiro que a fez (resultando numa rude e inutilizável imitação<sup>98</sup>), as peculiaridades deste elmo mostram pelo menos algum conhecimento das características fundamentais dos elmos medievais para jogos equestres, ainda que apresente alguns desvios suspeitos (fundamentalmente ao nível da forma do pescoço, ou falta dela). Não achamos que este elmo seja cópia moderna, mas também não descartamos esta hipótese.

95 Tobias CAPWELL, “The Funerary Helm of King Henry V; A Helm for the Joust of Peace, c. 1380-1420”, *The Funeral Achievements of Henry V at Westminster Abbey. The Arms and Armour of Death*, Anne Curry, Susan Jenkins (eds.), The Boydell Press, Woodbridge, 2022, pp. 1-19 e pp. 93-94.

96 Matthias GOLL, *Iron Documents...*, pp. 164-165; pp. 171-175.

97 Veja-se João Gouveia MONTEIRO, “Catálogo”, *Pera Guerrejar...*, pp. 331-335.

98 “Não só o punho se revela demasiado pequeno como a espada apresenta um peso, uma flexibilidade e um equilíbrio que impossibilitam o seu manuseamento em teatro militar (João Gouveia MONTEIRO, “Catálogo”, *Pera Guerrejar...*, p. 335).



Figura 15. Elmo funerário, c. 1490-1500, no castelo de Castelnaud © Roel Renmans.

Nesta segunda peça temos, portanto, um elmo de ricos acabamentos mas geometria pouco desenvolvida, com paralelos morfológicos em inícios e não finais de século XV e com uma série de características pouco habituais em elmos ditos simplesmente funerários. Posto tudo isto, a hipótese mais prosaica seguindo os poucos dados de que dispomos é uma só: Domingos Sequeira ter-se-á enganado, ou sido induzido em erro pelos frades da Batalha, e trocado a rotulagem dos dois elmos. O elmo dito de D. João II deverá na realidade ter pertencido à deposição tumular do fundador da dinastia de Avis. Embora as certezas neste caso sejam menores, esta atribuição coaduna-se não só com as características da peça mas também com a sua memória histórica, perpetuada ao longo dos séculos e cristalizada nos esboços de James Murphy e de Domingos Sequeira<sup>99</sup>.

<sup>99</sup> Claro está, não é de todo impossível que tenha pertencido a outra figura histórica tumulada no Mosteiro. Pela sua relativa pequenez, este elmo tem por vezes sido associado ao príncipe D. Afonso, filho de D. João II, falecido na sua adolescência; outras vezes, como o faz Rui Carita (Rui CARITA, “Elmo de D. João II”, p. 201), é associado a Afonso V. Não temos contudo qualquer espécie de dado ou fonte que aponte num sentido que não o exposto acima.



### 3. Dois elmos, dois rituais?

Esta nossa proposta de correcção das atribuições coloca uma pergunta clara: porquê estes elmos, e porquê a sua deposição na Batalha? Já muito se escreveu sobre a dupla questão da preservação da memória régia e da legitimação da nova dinastia, ambas materializadas na edificação do Mosteiro<sup>100</sup>, mas é (também) nas *petit chòses* como a deposição de elmos que podemos ver a aplicação material destes conceitos, a quebra com protocolos anteriores.

No caso da deposição do elmo de D. João I (esteja ou não correcta a nossa atribuição), é quase impossível ignorar a influência estrangeira – mais concretamente inglesa - nas novidades do cerimonial fúnebre régio em Portugal. É certo que a presença de armamentos em exéquias e a deposição de armas em enterramentos é uma ocorrência verificável, mesmo que ocasional, ao longo de toda a Idade Média. Para Portugal, não é necessário irmos mais longe do que Afonso Henriques para um exemplo concreto dessa prática, com a colocação do escudo e da espada do Fundador sobre o seu túmulo em Santa Cruz de Coimbra<sup>101</sup>. Para a Península, recordemos por exemplo o cerimonial do “correr les armes”, habitual em Aragão e em Castela, e a figura que o escudo do falecido nele representa<sup>102</sup>. Porém, habitual nos reinos ibéricos era a colocação tumular da espada, do escudo<sup>103</sup> ou das esporas do falecido - em conjunto ou apenas algumas delas -, todas elas peças com cargas simbólicas

100 Vejam-se algumas das obras recomendadas na nota 7.

101 Sobre a importância simbólica destas armas no panorama nacional, veja-se José MATTOSO, “A realza de Afonso Henriques”, *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Editorial Estampa, Lisboa, pp. 223-229. Está ainda por fazer uma exploração destas peças de uma perspectiva material reconstitutiva. Os autores esperam poder vir a contribuir com alguns subsídios neste sentido em breve.

102 Francesca ESPAÑOL, “El “córrer les armes”. Un aparte caballeresco en las exequias medievales hispanas”, *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 37 n.º1, (2007), pp. 867-905. Sobre as práticas funerárias portuguesas neste período, veja-se também Maria de Lurdes ROSA, “O corpo do chefe guerreiro, as chagas de Cristo e a quebra dos escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média”, *Santos e Demónios no Portugal Medieval*, Fio da Palavra, Porto, 2010, pp.164-175 e Rita Costa GOMES. *The Making of a Court Society. Kings and Nobles in Late Medieval Portugal*, Cambridge University Press, Cambridge, 2003, pp. 379-385; Ana Isabel BUESCU, “Prestígio, Rituais e institucionalização do Poder A morte do rei. Tumulização e cerimónias de trasladação dos reais corpos (1499-1582)”, *Ler História*, n.º 60 (2011), p. 9-33.

103 Um bom caso de estudo são os escudos do século XII/XIII procedentes do Mosteiro de San Salvador de Oña, coincidentemente replicados no século XVI após deterioração dos originais. Veja-se Alvaro SOLER DEL CAMPO, “Dos escudos procedentes del Monasterio de San Salvador de Oña en la Real Armería”, *Reales Sitios*, 1996, pp.18-25

e simbólicas muito diferentes das do elmo<sup>104</sup>. A colocação de armamento defensivo com o tumulado – elmos, mas também outras peças do arnês e outros objectos de índole marcial, como bandeiras – era prática mais corrente noutras latitudes, principalmente Inglaterra<sup>105</sup>. À semelhança de outras práticas típicas da cultura inglesa<sup>106</sup>, também a colocação de um elmo – feito de propósito para a ocasião ou não<sup>107</sup> – como parte permanente do túmulo do monarca poderá ter sido uma imitação de cerimonial estrangeiro num contexto de afirmação da nova dinastia<sup>108</sup>. Em Aragão, por exemplo, a colocação do corpo do monarca em câmara ardente, vigiado pelo seu elmo<sup>109</sup> e outra *regalia* régia, foi uma inovação surgida ainda em tempo de vida de D. João I, também ela num contexto de reafirmação da dinastia reinante<sup>110</sup>. Embora no testamento de D. João I nada conste sobre o seu saimento ou dos objectos que dele devem constar<sup>111</sup>, a preocupação demonstrada pelo monarca (e prosse-

104 José MATTOSO, “A realeza ...”, p. 223.

105 Anna M. DUCH, ““Do This in Remembrance of Me”: Offerings, Identity, and Bills in the Medieval English Royal Funeral”, *A Companion to Death, Burial, and Remembrance in Late Medieval and Early Modern Europe, c. 1300–1700*, 2020, Philip Booth, Elizabeth Tingle (eds.), The Boydell Press, Woodbridge, 2020, pp. 147-154.

106 Caso do próprio moimento de D. João I, o primeiro jacente arnesado em Portugal. Sobre este tema veja-se Joana Ramôa MELO e José Custódio Vieira da SILVA, “O Retrato de D. João I no Mosteiro de Santa Maria da Vitória: Um novo paradigma de representação”, *Revista do IHA* 5, 2008, pp.76-95.

107 Anna M. DUCH, ““Do This in Remembrance ...”, p. 151.

108 Sobre esta questão, veja-se Joana Ramôa MELO, “Um panteão régio tardo-medieval: inovação e tradicionalismo no programa funerário dos reis D. João I e D. Filipa de Lencastre, no Mosteiro da Batalha”, *O fascínio do Gótico - Um tributo a José Custódio Vieira da Silva*, Lisboa, Artis - Instituto de História da Arte Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016, pp. 53-74.

109 Encimado, justamente, por “el dragón, tal vez el mismo que aún se conserva en la Real Armería de Madrid”. Em Stefano M. CINGOLANI, “Más allá de la muerte: rituales funerarios y mausoleos reales en la Corona de Aragón (1196-1410). Posibilidades de una investigación global”, *La Muerte de los Príncipes en la Edad Media. Balance y perspectivas historiográficas*, 30 de Novembro de 2020, Casa de Velázquez, consultado a 5 de Outubro de 2022, <https://books.openedition.org/cvz/22912>. Sobre esta cimeira veja-se Noel FALLOWS, *Jousting in Medieval ...*, p. 37, e também Encarna Montero TORTAJADA, “Noticias sobre la escultura en papel en Valencia y la Corona de Aragón durante la Baja Edad Media”, *Escultura Ligera*, Gemma M. Contreras Zamorano (dir.), Ayuntamiento de València, Valencia, 2017.

110 Stefano M. CINGOLANI, “Más allá de la muerte...”.

111 O testamento do monarca encontra-se publicado, entre outros locais, em António da Silva REGO. *As gavetas da Torre do Tombo*, vol. 6, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, pp. 7-15, e *Monumenta Henricina*, vol. 3, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, pp. 131-139.

guida pelo seu sucessor, D. Duarte<sup>112</sup>) com todo o cerimonial e com a sua quasi-sacralização no templo batalhense não deverá ter deixado de incidir neste e noutros pormenores que a História não registou<sup>113</sup>. Poderia até explicar a criação de um simulacro, a fim de se poder cumprir com o programa ritual ânglico.

Esta imitação pode também explicar, pelo menos em parte, a ausência de registos de elmos ou outras peças funerárias nas tumulizações de D. Duarte e D. Afonso V<sup>114</sup>. A emulação de modas sujeita-nos ao seu normal nascimento e ocaso, e em Portugal a influência inglesa deixa de se fazer sentir de forma tão vincada com a morte de D. João I e de D.<sup>a</sup> Filipa de Lencastre. Portanto, com esta perda de influência cultural inglesa na mentalidade de corte portuguesa, e sem a existência de uma prática continuada que permitisse a sua auto-sustentação, este ritual de raiz estrangeira pode ter sido descontinuado pelos seguintes monarcas de Avis.

Assim se teriam mantido as práticas no mosteiro da Batalha, não fossem os desejos de D. Manuel, que criam um entroncamento acidental com a prática anterior. Porquê acidental? Não cremos que tenha sido vontade de D. Manuel estabelecer uma continuidade ritual directa com as exéquias de D. João I. Em vez disso, afigura-se-nos mais provável que a colocação do elmo e espada de D. João II (e restantes peças arroladas por Garcia de Resende) na capela do lado do Evangelho tenha sido feita com base na celebração hagiográfica que D. Manuel tentou fazer do *Príncipe Perfeito* — uma parte tangível da sua “condição de memória”, como se lhe refere Ângela Cardoso<sup>115</sup>. Para lá de símbolos de condição cavaleiresca, os pertences de D. João II – incluindo o elmo - actuariam como autênticas relíquias do “santo rey”<sup>116</sup> ligadas a momentos-chave da sua vida, canalizando a devoção dos fiéis e dessa forma consolidando a memória do seu figurado e a sua necessidade de preservação dentro da comunidade religiosa. Esta acção teria também como consequência

112 Joana Ramôa MELO, “Um panteão régio ...”, p. 61.

113 Neste aspecto, como noutros, as exéquias de D. João I mostram paralelos com as exéquias de Henrique V de Inglaterra. Veja-se, para confrontação, Anne CURRY, “Introduction: Henry V and Westminster Abbey – Life, Death and Afterlife” e Chris GIVEN-WILSON, “The Funeral of Henry V”, em *The Funeral Achievements of Henry V...*, pp. 1-19 e pp. 40-43 respectivamente.

114 Tirando a pouco fiável menção feita por Fr. Monteiro, a que já aludimos.

115 Ângela Miranda CARDOSO, *Um rei leva a sua alma às sedes etéreas. Representações do poder no Portugal de Quinhentos*, dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1997, p. 229.

116 Garcia de RESENDE, *Crónica de Dom João II ...*, p. 294.

o fortalecimento da legitimidade de D. Manuel para governar, escolhido como fora por D. João II para o suceder no trono<sup>117</sup>. Portanto, de forma resumida: no caso das peças de D. João I confrontamo-nos com a criação de um aparato ritualístico de memória e de estado que fortalece e legitima directamente uma dinastia emergente; no caso das peças de D. João II estamos perante a consubstanciação de toda uma dimensão religiosa e política através de artefactos palpáveis, dimensão essa que acaba por legitimar indirectamente o mandato de um novo rei – uma continuidade accidental (no ritual) dentro de uma continuidade que se quer propositada (o reinado de D. Manuel como lídimo sucessor da dinastia)<sup>118</sup>.

#### 4. Conclusões

Todas as armas, ofensivas ou defensivas, contam uma multiplicidade de histórias: quem as usa, quando se usam, em que contexto. Como os homens, também as armas têm um fim de vida — o descarte, a perda, ou a simples entropia — mas também uma existência para lá da morte, pelo menos, para lá da morte de quem as empunha. As peças de armamento votivas ou funerárias são um destes tipos de existência, de vida continuada, que nos permite um olhar para lá da materialidade destas peças e tê-las como janelas abertas para alguns traços das vidas daqueles cuja sua deposição tumular pretende honrar. Foi essa continuada e polivalente existência que pretendemos destacar no caso destes dois elmos.

Como tentámos mostrar, a denominação “elmo funerário” é demasiado simplista, acaba por esconder em si toda uma trama contextual que importa desenlear. A consubstanciação dos objectos e dos usos a

117 Paralelo semelhante pode ser traçado para as deposições de armas nas exéquias de Eduardo III de Inglaterra em 1377 e de Henrique V em 1422: “The symbolism of the first rite has been interpreted as divesting the king of ‘the armour which he had required in this world, but which he no longer needed’, but it was also, surely, a moment of commemoration of a great soldier king. As to the second rite, its meaning would have been plain: the explicit reassurance, at the outset of a royal minority with its attendant perils, of the undying quality of monarchy: ‘Consummatum est ... Vivit rex!’”. Em Chris GIVEN-WILSON, “The Exequies of Edward III and the Royal Funeral Ceremony in Late Medieval England”, *The English Historical Review*, vol. 124, n.º 507 (2009), p. 275.

118 Sobre o significado das exéquias de D. João II no programa político e religioso do reinado de D. Manuel, veja-se Ana Cristina ARAÚJO, “Cultos da realeza e cerimoniais de Estado no tempo de D. Manuel I”, *III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua época. 4ª Secção – Arte e Cultura*, Noberta Amorim, Carla Passos, Isabel Pinho (dirs.), Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, pp. 73-94, com particular destaque para as pp. 74-79.

que estariam associadas estas duas peças, os seus contextos específicos e a sua significação social são tudo dimensões que ressaltam da análise material destes objectos, que acabam frequentemente ignorados como meros adereços ritualísticos do aparato fúnebre. A correcção das atribuições (tanto quanto é possível fazê-la no caso de um dos elmos) pode parecer o resultado mais palpável e singelo destes esforços, mas é apenas a ponta visível de um trabalho longe de estar concluído. Há ainda muito por dizer e explorar sobre as restantes armas que em tempos se guardaram no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, para lá dos dois elmos que aqui estudámos. Sobre estas duas peças em particular, é ainda necessário sujeitá-las a ambas a uma bateria de testes, incluindo espectrometria de massa com plasma indutivamente acoplado (ICP-MS) e análise elementar por fluorescência de raios-X (XRF) — uma linha de investigação que nos pode fornecer dados mais sólidos e muito interessantes sobre os seus materiais constituintes e processos de fabrico, que os possam permitir datar com maior exactidão ou até circunscrever a um local de produção.

Ao longo da sua existência, os elmos provenientes do Mosteiro de Santa Maria da Vitória têm sido alvo das mais confabuladas teorias, das mais arrojadas atribuições, das mais insustentáveis ideias, por se investir no entusiasmo descritivo em vez de no empenho analítico. Não devemos no entanto tomar as conclusões a que chegámos, por mais sustentadas que nos pareçam, como a verdade última sobre o assunto. Sobre os armamentos medievais pesa quase sempre uma ligeira aura de suspeita, da incontornável incógnita a que mesmo os retalhos mais bem-conhecidos do passado estão sujeitos e que quase nunca se sana por completo. O elmo que atribuímos a D. João II consegue furtar-se a essas brumas; o elmo que atribuímos a D. João I é delas um exemplo cristalino. Como afirmou Matthias Goll, assaz correctamente, “scholars should better honestly permit that for the largest part of the extant plate armour a permanent uncertainty in the judgment on an item’s authenticity remains”<sup>119</sup>.

---

119 Matthias GOLL, *Iron Documents...*, p. 182.

## Fontes e bibliografia

### Fontes

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Gavetas*, Gav. 16, mç. 4, n.º 131.
- British Library, *Sir Thomas Holme's Book of Arms*, Harley 4205,1445-1450. Disponível em <https://www.bl.uk/catalogues/illuminatedmanuscripts/record.asp?MSID=6579&CollID=8&NStart=4205>, consultado pela última vez a 5 de Outubro de 2022
- Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, *Monumenta Henricina*, vol. 3, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961
- Luiz da Silva Mouzinho de ALBUQUERQUE, *Memória inédita ácerca do edificio monumental da Batalha*, Typographia Leiriense, Leiria, 1854
- William BECKFORD, *Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaca and Batalha*, Richard Bentley, New Burlington Street, London, 1835
- Elizabeth BENNETT, “King René’s Tournament Book: Medieval French Text”, *King René’s Tournament Book - A Modern English Translation*, 4 de Setembro de 1998, consultado a 5 de Outubro de 2022, <https://www.princeton.edu/~ezb/rene/renefran.html>
- René I D’ANJOU, *Traité de la forme et devis comme on peut fair les tournois*, 1450-1460, Bibliothèque nationale de France, Français 2695. Disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84522067/>, consultado pela última vez a 5 de Outubro de 2022
- Duarte Nunes de LEÃO, *Crónicas dos Reis de Portugal*, rev. M. Lopes de Almeida, Lello & Irmão, Porto, 1975
- Pedro MONTEIRO, *Claustro Dominicano, lanço primeyro*, Antonio Pedroso Galvão, Lisboa, 1729
- Julia PARDOE, *Traits and traditions of Portugal, collected during a residence in that country*, vol. I, Saunders and Otley, London, 1833
- Gabriel PEREIRA, *Álbum de Desenhos*, Biblioteca Nacional de Portugal, 1895-1911, mss-204-n39. Disponível em <https://purl.pt/26368>, consultado pela última vez a 26 de Agosto de 2023
- Rui de PINA, *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, rev. M. Lopes de Almeida, Lello & Irmão, Porto, 1977

- António da Silva REGO. *As gavetas da Torre do Tombo*, vol. 6, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967
- Garcia de RESENDE, *Crónica de Dom João II e Miscelânea*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1973
- Francisco de São Luís SARAIVA, “Memoria Histórica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria chamado vulgarmente da Batalha”, *Obras completas do Cardeal Saraiva*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1872, pp. 273-343
- Society of Antiquaries of London, *BATALHA. Original drawings*, SAL/MS/260, 1789
- Frei Luís de SOUSA, *Primeira parte da Historia de S. Domingos particular do reino, e conquistas de Portugal*, Na Officina De Antonio Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1767

### **Bibliografia**

- “A Trasladação Real na Batalha”, *O Occidente – Revista Illustrada de Portugal e do Extranjeiro*, vol. XXIV, n.º 826 (1901), pp. 267-268.
- Miguel AGUIAR, *Cavaleiros e Cavalaria*, Teodolito, Lisboa, 2018
- Augusto Ferreira do AMARAL, “A Padeira de Aljubarrota e uma Crónica tardia da Batalha”, *Armas e Troféus*, 2005, pp. 49-94
- Ana Cristina ARAÚJO, “Cultos da realeza e cerimoniais de Estado no tempo de D. Manuel I”, *III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua época. 4ª Secção – Arte e Cultura*, Noberta Amorim, Carla Passos, Isabel Pinho (dirs.), Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, pp. 73-94
- Hugo Rincon AZEVEDO, *Morte e poder: o Mosteiro da Batalha e a construção da memória funerária de Avis no contexto Ibérico (Século XV)*, tese de doutoramento, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021
- Richard BARBER e Juliet BARKER, *Tournaments: Jousts, Chivalry and Pageants in the Middle Ages*, The Boydell Press, Woodbridge, 2000
- Inácio Vilhena de BARBOSA, *Monumentos de Portugal : históricos, artísticos e archeológicos*, Castro Irmão, Lisboa, 1886
- Inácio Vilhena de BARBOSA, “Mosteiro de Santa Maria da Victoria vulgarmente chamado da Batalha”, *Archivo Pittoresco*, n.º 28, Lisboa, 1865, pp. 223-224

- Mário BARROCA e João Gouveia MONTEIRO (eds.), *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 2000
- Claude BLAIR, *European Armour circa 1066 to circa 1700*, B. T. Batsford LTD, London, 1972
- Zephyrino BRANDÃO, *Catalogo do Museu da Artilharia*, Typographia da “A Editora”, Lisboa, 1906, p. 106.
- Dirk H. BREIDING, “Some Notes on Great Helms, Crests and Early Tournament Reinforces”, *The 2013 Park Lane Arms Fair catalogue*, London, 2013, pp. 1-18
- Isabel BUESCU, “Prestígio, Rituais e institucionalização do Poder A morte do rei. Tumulização e cerimónias de trasladação dos reais corpos (1499-1582)”, *Ler História*, n.º 60 (2011), p. 9-33
- Tobias CAPWELL, *Arms and Armour of the Medieval Joust*, Royal Armouries Museum, Leeds, 2018
- Ângela Miranda CARDOSO, *Um rei leva a sua alma às sedes etéreas. Representações do poder no Portugal de Quinhentos*, dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1997
- Rui CARITA, “Elmo”, *O Testamento de Adão*, Comissão Nacional para as Comemorações Nacionais dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1994, p. 201.
- Joaquim M. Teixeira de CARVALHO; *Domingos António de Sequeira em Itália, 1788-1795, segundo a correspondência do Guarda-jóias João António Pinto da Silva*; Imprensa da Universidade, Coimbra, 1922
- Eduardo Ernesto CASTELBRANCO, *Catalogo do Museu da Artilharia*, Typographia da Direcção Geral do Serviço de Artilharia, Lisboa, 1903
- Manuel Pinheiro CHAGAS, *História de Portugal, popular e ilustrada. Segundo volume*. Empresa da Historia de Portugal, Lisboa, 1899
- Stefano M. CINGOLANI, “Más allá de la muerte: rituales funerarios y mausoleos reales en la Corona de Aragón (1196-1410). Posibilidades de una investigación global”, *La Muerte de los Príncipes en la Edad Media. Balance y perspectivas historiográficas*, 30 de Novembro de 2020, Casa de Velázquez, consultado a 5 de Outubro de 2022, <https://books.openedition.org/cvz/22912>
- J.P.D. COOPER, Thom RICHARDSON e Graeme RIMER (eds.), *Henry VIII: Arms and the Man*, Royal Armouries, Leeds, 2009



- Luís Xavier da COSTA; *Domingos António Sequeira, notícia biográfica*, Amigos do Museu, Lisboa, 1939
- Anne CURRY e Susan JENKINS (eds.), *The Funeral Achievements of Henry V at Westminster Abbey. The Arms and Armour of Death*, The Boydell Press, Woodbridge, 2022
- Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte*, Temas e Debates, Lisboa, 2007
- Anna M. DUCH, “”Do This in Remembrance of Me”: Offerings, Identity, and Bills in the Medieval English Royal Funeral”, *A Companion to Death, Burial, and Remembrance in Late Medieval and Early Modern Europe, c. 1300–1700*, 2020, Philip Booth, Elizabeth Tingle (eds.), The Boydell Press, Woodbridge, 2020, pp. 132-155
- Francesca ESPAÑOL, “El “córrer les armes”. Un aparte caballeresco en las exequias medievales hispanas”, *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 37 n.º1, (2007), pp. 867-905
- Noel FALLOWS, *Armas y Armaduras de la Justa Real en la Baja Edad Media*, Universitat de València, Valencia, 2020
- Noel FALLOWS, *Jousting in Medieval and Renaissance Iberia*, The Boydell Press, Woodbridge, 2010.
- José de FIGUEIREDO, “Un panneau inconnu de Roger Van der Weyden?”, *Comptes rendus des séances de l’Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 1913, pp. 717-721.
- Arthur Charles FOX-DAVIES, *A Complete Guide to Heraldry*, T. C. & E. C. Jack, London, 1909
- João Bernardo GALVÃO-TELLES e Miguel Metelo de SEIXAS, “As insígnias do pelourinho de Óbidos. Subsídios para a compreensão da emblemática da rainha D. Leonor”, *Casa Perfeitíssima. 500 Anos da Fundação do Mosteiro da Madre de Deus 1509-2009*, Museu Nacional do Azulejo / IMC, Lisboa, 2009
- Chris GIVEN-WILSON, “The Exequies of Edward III and the Royal Funeral Ceremony in Late Medieval England”, *The English Historical Review*, vol. 124, n.º 507 (2009), pp. 257-282
- José A. GODOY, “Renaissance Arms and Armor from the Patrimonio Nacional”, *Resplendence of the Spanish Monarchy: Renaissance Tapestries and Armor from the Patrimonio Nacional*, Domínguez Ortíz (ed.), Antonio, Concha Herrero Carretero (ed.), José A. Godoy (ed.), The Metropolitan Museum of Art, New York, 1991, pp. 95-164.

- Matthias GOLL, *Iron Documents. Interdisciplinary studies on the technology of late medieval European plate armour production between 1350 and 1500*, tese de doutoramento, University of Heidelberg, Heidelberg, 2014
- Rita Costa GOMES. *The Making of a Court Society. Kings and Nobles in Late Medieval Portugal*, Cambridge University Press, Cambridge, 2003
- Saul António GOMES, *A Batalha Real – 14 de Agosto de 1384*, Fundação Aljubarrota, Lisboa 2014
- Saul António GOMES, “Ética e poder em torno do Mosteiro da Batalha. (O Século XV — Materiais para o seu Estudo)”, *Actas do III Encontro sobre História Dominicana*, 1991, pp. 95-188
- Saul António GOMES, “Mosteiro da Batalha. Notas e imagens menos conhecidas da sua história”, *Anais Leirienses 1*, 2019, pp. 11-45.
- Saul António GOMES, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1990
- Saul António GOMES, *Vésperas Batalhinas*, Edições Magno, Leiria, 1997
- Marquês de Sousa HOLSTEIN, *Domingos António de Sequeira*, Artes e Letras, Lisboa, 1874
- James G. MANN, *Wallace Collection Catalogues: European Arms and Armour Volume I*, The Wallace Collection, London, 1962
- Maria da Conceição Martins Vieira MARQUES, *Museu Militar de Lisboa -Proposta de Reprogramação Museológica*, dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015
- Gastão de Melo de MATTOS, “Falsas atribuições de armas em colecções portuguesas”, *Brotéria*, vol. 1, 1962, pp. 23-33
- José MATTOSO, “A realeza de Afonso Henriques”, *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Editorial Estampa, Lisboa, pp. 213-232
- Joana Ramôa MELO e José Custódio Vieira da SILVA, “O Retrato de D. João I no Mosteiro de Santa Maria da Vitória: Um novo paradigma de representação”, *Revista do IHA 5*, 2008, pp.76-95
- Joana Ramôa MELO, “Um panteão régio tardo-medieval: inovação e tradicionalismo no programa funerário dos reis D. João I e D. Filipa de Lencastre, no Mosteiro da Batalha”, *O fascínio do Gótico - Um tributo a José Custódio Vieira da Silva*, Lisboa, Artis - Instituto de História da Arte Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016, pp. 53-74

- Iain MONCRIEFFE, Don POTTINGER, *Simple Heraldry Cheerfully Illustrated*, Thomas Nelson and Sons, London, 1953
- João Gouveia MONTEIRO, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Editorial Notícias, Lisboa, 1998
- João Gouveia MONTEIRO, *Aljubarrota – 1385 – A Batalha Real*, Tribuna da História, Lisboa, 2003
- João Gouveia MONTEIRO, *Aljubarrota Revisitada*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001
- João Gouveia MONTEIRO, *Armeiros e Armazéns nos Finais da Idade Média*, Palimage Editores, Viseu, 2011
- João Gouveia MONTEIRO, Luís Adão da FONSECA e Maria Cristina PIMENTA, *The Aljubarrota Battle and Its Contemporary Heritage*, Arc Humanities Press, York, 2020
- João Gouveia MONTEIRO, “Torneios, justas e feitos de armas: escolas de guerra e desporto de nobres no Ocidente medieval”, *Actas do V Colóquio ‘Do Infante e Tordesilhas’ e Dia da História Militar*, Comissão Portuguesa de História Militar (dir.), Lisboa, 1994, pp. 293-364
- James MURPHY, *Plans Elevations Sections and Views of the Church of Batalha*, I. & J. Taylor, London, 1792-1795
- James MURPHY, *Travels in Portugal*, Printed for A. Strahan, and T. Cadell Jun. and W. Davies (Successors to Mr. Cadell) in the Strand, 1795
- Maria João Baptista NETO, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Editorial Estampa
- António Conduto OLIVEIRA, ““Uma peça muito preciosa de significado ainda desconhecido”: Decifrar o termo *gibanete*”, *Medievalista*, 1 de Janeiro de 2022, consultado a 5 de Outubro de 2022, <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt/index.php/medievalista/article/view/467>, pp. 317-354
- Pedro REDOL, Saul António GOMES (coords), *Lugares de oração no Mosteiro da Batalha*, Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, 2015
- Thom RICHARDSON, “The Barendyne helmet”, *Royal Armouries Yearbook*, vol. 1 (1996), pp. 68-72
- Martí de RIQUER, *L’Arnès del Cavaller*, La Magrana, Barcelona, 2011
- Maria de Lurdes ROSA, “O corpo do chefe guerreiro, as chagas de Cristo e a quebra dos escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média”, *Santos e Demónios no Portugal Medieval*, Fio da Palavra, Porto, 2010, pp.164-175

- Peter E. RUSSEL, *A intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2000
- Manuel SAN PAYO, *O desenho em viagem: album, caderno ou diário gráfico, o álbum de Domingos António Sequeira. Anexo - Análise descritiva do álbum de Domingos António de Sequeira*, tese de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011
- Miguel Metelo de SEIXAS, *Quinas e Castelos - Sinais de Portugal*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2019
- Clara Moura SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha*, Magno Edições, Leiria, 1997
- Alvaro SOLER DEL CAMPO, “Dos escudos procedentes del Monasterio de San Salvador de Oña en la Real Armería”, *Reales Sitios*, 1996, pp.18-25
- Armindo de SOUSA, “A Morte de D. João I (Um Tema de Propaganda Dinástica)”, *Lucerna - Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1984, pp. 417-487.
- Encarna Montero TORTAJADA, “Noticias sobre la escultura en papel en Valencia y la Corona de Aragón durante la Baja Edad Media”, *Escultura Ligera*, Gemma M. Contreras Zamorano (dir.), Ajuntament de València, Valencia, 2017
- John WALDMAN, *Hafted Weapons in Medieval and Renaissance Europe*, Brill, Leiden, 2005

## Agradecimentos

Este artigo não teria sido possível sem um extraordinário conjunto de indivíduos. Ao Coronel Francisco Amado Rodrigues e a toda a equipa do Museu Militar de Lisboa (em particular o Primeiro-Sargento Ricardo Lopes e o Primeiro-Sargento António Ribeiro, pela estima com que nos acolheram durante uma semana intensa de estudos, e pela paciência e disponibilidade para com as nossas investigações. A Pedro Redol, Técnico Superior do Mosteiro da Batalha, pela simpatia e por informações preciosíssimas sobre os esboços de Murphy, sobre o relato de Julia Pardoe e outras. Ao Doutor Saul António Gomes, pela estima e pelas observações que ajudaram a polir e a guiar alguma da pesquisa da memória histórica do Mosteiro. Ao Roel Renmans, pelas fotografias do elmo funerário no castelo de Castelnaud e pelo interesse demonstrado pelo

projecto. Ao Pedro Alves, ao José Pinto Fernandes, ao Gonçalo Lopes e ao Paulo M. Dias, por ajuda com materiais de difícil acesso e/ou por valentemente se sacrificarem a ler o primeiro rascunho deste artigo, e ao Ricardo Lebre pelas gralhas que nos ajudou a apanhar. Por último, mas não menos importante, a todos os investigadores citados, os gigantes em cujos ombros nos empoleiramos. A todos, um sentido obrigado.

**Fecha de recepción:** octubre de 2022.

**Fecha de aceptación:** abril de 2023.